

Rectificação n.º 296/2008

Por ter sido publicado com inexactidão o Aviso n.º 25292/2007 *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245 de 20 de Dezembro de 2007), relativo à concessão da nacionalidade portuguesa, por naturalização, rectifica-se que: onde se lê: “nascido a 14 de Abril de 1984” deve ler-se: “nascido a 14 de Abril de 1982”

28 de Janeiro de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Secretaria-Geral****Despacho n.º 4196/2008**

Considerando a publicação no DR 2.ª série n.º 185, de 25 de Setembro de 2007, na Bolsa de Emprego Público com o código de oferta n.º OE200709/0382 e no Jornal Correio da Manhã de 26 de Setembro de 2007, a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de director de serviços de organização e recursos tecnológicos, ao qual compete exercer as competências previstas no artigo 4.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, que aprova a estrutura nuclear da SGMJ e cuja Lei Orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri “elabora a proposta de nomeação, com indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos”;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a do licenciado José Carlos Pereira Fernandes, cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e é aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que evidencia relevante experiência em cargos de direcção intermédia de 2.º e 1.º grau, no âmbito das TIC, bem como, um conhecimento profundo e transversal do Ministério da Justiça, conforme proposta do júri do procedimento, anexa à acta n.º 5, de 9 de Janeiro de 2008;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, “os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo”;

Considerando por último que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente indicada;

Nomeio, com efeitos a 21 de Janeiro de 2008, em comissão de serviço e pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, para o cargo de director de serviços de organização e recursos tecnológicos (DSORT) da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, o licenciado José Carlos Pereira Fernandes, especialista de informática, grau 1, nível 2, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

25 de Janeiro de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

- 1 — Identificação:
 - 1.1 — Nome: José Carlos Pereira Fernandes;
 - 1.2 — Data de nascimento: 12-03-1971;
 - 1.3 — Nacionalidade: portuguesa.
- 2 — Habilitações literárias:
 - 2.1 — Bacharelato em Informática de Gestão pelo Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA) — 1995;
 - 2.2 — Licenciatura em Informática de Gestão pelo ISLA — 1998.
- 3 — Formação profissional:
 - 3.1 — curso de formação de formadores de Sistemas Informáticos com Apoio Linguístico;
 - 3.2 — Administração de redes locais — Windows NT;

- 3.3 — Estatísticas: os números, tratamentos e interpretações;
 - 3.4 — Vulnerabilidades das redes informáticas — ataques DOS;
 - 3.5 — Base de Dados SQL Server;
 - 3.6 — Programação de Computadores (XML);
 - 3.7 — Administração de Sites — instalação e configuração;
 - 3.8 — Linux;
 - 3.9 — Oracle: Oracle: Arquitectura das Oracle Applications; Aplicação Object Library, PLSQL; Forms; Reports;
 - 3.10 — Análise e concepção de sistemas com UML;
 - 3.11 — Seminário de Alta Direcção;
 - 3.12 — Diploma de Especialização em Informação para a Decisão.
- 4 — Percurso profissional:
- 4.1 — 1992-1995: área administrativa/informática na Escola C+S de Vila Nova da Barquinha;
 - 4.2 — 1996-1999: técnico de 2.ª cl nos Serviços Sociais do Ministério da Justiça (SSMJ);
 - 4.3 — 1999-2000: técnico superior de 2.ª cl nos SSMJ;
 - 4.4 — 2000-2003: especialista de informática de grau 1, nível 2, nos SSMJ;
 - 4.5 — 2003-2005: chefe de divisão do núcleo de sistemas de informação dos SSMJ;
 - 4.6 — 2005-2007: director de serviços do núcleo de sistemas de informação da DGP;
 - 4.7 — 2007-2008: director de serviços de organização e recursos tecnológicos da SGMJ, em regime de substituição.

Direcção-Geral da Administração da Justiça**Aviso n.º 3946/2008**

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência que me foi delegada pela Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade de Administradores da Insolvência, por deliberação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 07 de Julho de 2005, faço público que, relativamente às listas dos Administradores da Insolvência, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 162, de 23 de Agosto de 2007, fiz anotar as seguintes alterações de morada:

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial do Porto

Ademar Margarido de Sampaio Rodrigues Leite, sócio da sociedade “Ademar Leite, SAI, Unipessoal, Lda.”, Rua Raul Caldevilla, 59, rés-do-chão, direito, 4200-456 Porto (a).

Manuel Vaz Saleiro e Silva, Rua Gil Eanes, 173, rés-do-chão, direito, 4400-165 Vila Nova de Gaia.

Cristina Maria Peres Filipe Nogueira, Rua Engenheiro Custódio Vilas Boas, lote A-1, entrada 2, 2.º esquerdo, 4720-274 Esposende.

Lista dos administradores da insolvência do distrito judicial de Coimbra

Cristina Maria Peres Filipe Nogueira, Rua Engenheiro Custódio Vilas Boas, lote A-1, entrada 2, 2.º esquerdo, 4720-274 Esposende.

(a) Especialmente habilitado a praticar actos de gestão

18 de Janeiro de 2008. — O Presidente da Comissão de Apreciação e Controlo da Actividade dos Administradores da Insolvência, *João Augusto de Moura Ribeiro Coelho*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária**Despacho (extracto) n.º 4197/2008**

Por despacho de 2007.12.10 do Director Nacional da Polícia Judiciária:

Antero Miguel dos Santos Aleixo, Especialista Auxiliar de Escalão 2 da Polícia Judiciária, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso ao serviço.

(Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).

25 de Janeiro de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa*.